

Mediador tentará contornar a Justiça do Trabalho

Na medida provisória da desindexação, o Governo vai criar a figura do mediador independente para atuar nos conflitos trabalhistas nessa etapa da livre negociação salarial, revelou ontem uma fonte da equipe econômica. A medida visa a evitar o que seria um desastre para o Plano Real: a Justiça do trabalho reindexar salários de acordo com a inflação passada e destruir todo o esforço de desindexação. Na medida provisória a ser divulgada hoje, o Governo se limitará a criar essa instância de conciliação de impasses trabalhistas e indicar critérios para a escolha desse mediador, mas ficará de fora e deixará que empregados e empregadores conduzam todo o processo.

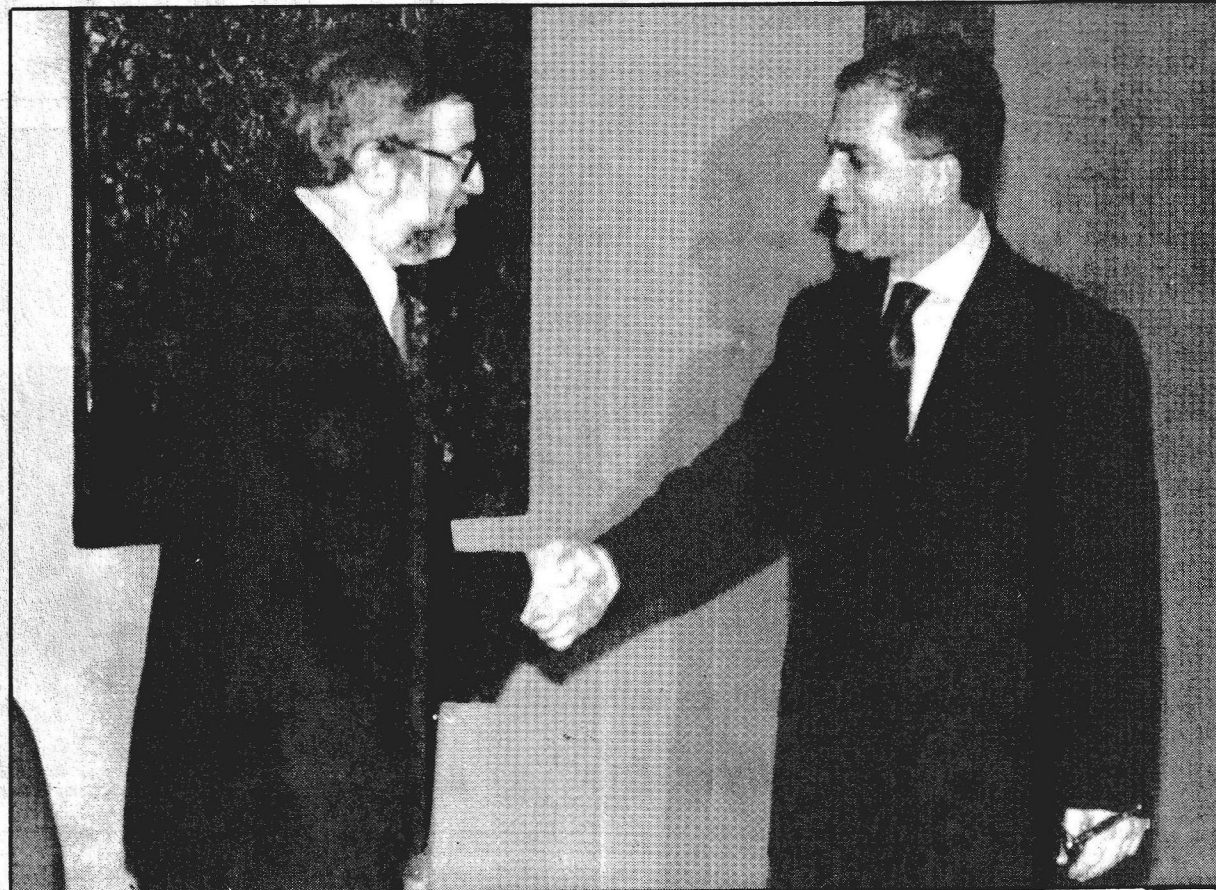
Caso as partes não cheguem a um entendimento, o Governo nomeará alguém, mas o mediador não poderá ser juiz trabalhista da ativa nem funcionário do Governo. Sua escolha se dará por força de formação acadêmica humanista ou experiência profissional ligada à área trabalhista.

Desde o início das discussões sobre a desindexação, a preocupação maior do Governo foi com o

poder normativo da Justiça do Trabalho, que dá ao juiz atribuição de arbitrar aumentos salariais. Nos últimos 30 anos, o comportamento sistemático do juiz trabalhista tem sido o de aplicar um índice de preços e "repor as perdas passadas", fórmula que acaba realimentando a inflação e prejudicando trabalhadores de baixa renda, sem condições de recorrer à Justiça. Alguns economistas da equipe pensaram em enviar ao Congresso emenda para retirar da Constituição o artigo nº 114, que dá plenos poderes ao juiz para julgar dissídios e arbitrar aumentos. A idéia acabou abandonada. Mas ficou o problema. "O papel do mediador será buscar o entendimento entre patrões e assalariados e, caso não consiga, pelo menos avançará na discussão e entregará ao juiz elementos novos para seu julgamento", avalia o economista do Governo.

O Governo entende que as relações de trabalho no Brasil são engessadas pela velha Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já com 60 anos de idade, e estuda formas de flexibilizá-las.

Francisco Stuckert



Loyola, presidente do BC, em visita a Luís Eduardo, diz que mudanças aperfeiçoam mercado financeiro